



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Processo Administrativo nº 1099/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Detalhamento do objeto: Este Termo de Referência tem por objeto **Aquisição de equipamentos de informática, sendo smartphone de alto desempenho e notebook para edição gráfica, destinados ao atendimento das demandas administrativas**, nos termos do quadro de detalhamento de itens em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 A presente contratação será regida pela [Lei Federal nº 14.133/2021](#), Decreto Municipal nº 400/2023 e demais atualizações aplicáveis ao caso.

1.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Conforme [art. 84, da Lei nº 14.133/2021](#).

1.4 O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, por apresentar especificações usuais no mercado, de desempenho e qualidade amplamente reconhecidas, permitindo a definição objetiva do objeto a ser contratado.

1.5 O descritivo técnico, os quantitativos estimados e demais informações relativas a cada item objeto da contratação estão detalhados na planilha constante do Apêndice deste Termo de Referência, a qual passa a integrá-lo para todos os fins e efeitos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **smartphone de última geração e notebook** para atender às necessidades do **Setor de Mídia da Prefeitura Municipal**, visando proporcionar melhores condições de trabalho, agilidade na





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

produção de conteúdos institucionais e maior eficiência na divulgação das ações, programas, eventos e serviços públicos realizados pela Administração Municipal.

A aquisição se justifica pela necessidade de modernização dos equipamentos utilizados pelo setor, considerando que as atividades de comunicação institucional demandam ferramentas adequadas para **registro fotográfico, gravação de vídeos, edição de imagens, produção de artes, gerenciamento de redes sociais, armazenamento de arquivos, cobertura de eventos oficiais e transmissão de informações à população em tempo hábil.**

O smartphone de última geração é necessário para garantir melhor qualidade nas captações de fotos e vídeos, especialmente em eventos, reuniões, obras, ações sociais, culturais, esportivas e demais atividades promovidas pelo Município. Já o notebook possibilitará a execução de atividades de edição, organização de arquivos, elaboração de materiais gráficos, postagens, relatórios e demais demandas administrativas e operacionais do setor.

Dessa forma, a contratação busca fortalecer a comunicação pública, assegurando maior transparência, profissionalismo e qualidade na divulgação das ações governamentais, além de contribuir para o bom funcionamento do Setor de Mídia da Prefeitura Municipal, atendendo ao interesse público e às necessidades da Administração.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos bens é de **15 (dias)** dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única ou parcelada, a ser definida pelo **CONTRATANTE**, no seguinte endereço: **No Almoxarifado Central da Prefeitura do Município de Parecis-RO, localizado na Avenida Carlos Gomes N° 362, centro de**





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

Parecis-RO, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 7 (sete) horas às 13 (treze) horas, horário de Rondônia, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 7 (sete) horas às 13 (treze) horas, horário de Rondônia.

4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constates neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **7 (sete)** dias, a contar da aplicação das penalidades.

4.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **7 (sete)** dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento dentro do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

4. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratadas, de seus empregados, prepostos ou subordinados

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrente da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:

- a) *marca;*
- b) *fabricante*
- c) *modelo;*
- d) *procedência; e*
- e) *prazo de garantia ou validade.*

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representa-la durante a execução do serviço.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 A **CONTRATADA** poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento, até o limite de **30% do valor total do contrato**, mediante prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

7.2 A solicitação de subcontratação deverá ser formalizada pela **CONTRATADA**, acompanhada da documentação que comprove a habilitação jurídica e a regularidade fiscal e trabalhista da empresa a ser subcontratada, bem como sua qualificação técnica para executar a parcela do objeto.

7.3 A **CONTRATADA** permanece integralmente responsável pela perfeita execução do contrato em sua totalidade, respondendo perante a **CONTRATANTE** e terceiros por quaisquer falhas, danos ou prejuízos decorrentes das atividades da subcontratada.

7.4 A subcontratada responderá solidariamente com a **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** pelos atos e omissões que praticar em relação à parcela do objeto subcontratado.

7.5 É vedada a subcontratação completa do objeto contratual, bem como a subcontratação de parcelas que tenham sido critério de habilitação técnica da própria **CONTRATADA** no certame, salvo autorização expressa e fundamentada da **CONTRATANTE**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

7.6 É expressamente vedada a subcontratação "em cascata", ou seja, a subcontratada não poderá, em nenhuma hipótese, subcontratar a parcela do objeto que lhe foi confiada.

7.7 Os pagamentos à subcontratada serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**. A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, exigir que a **CONTRATADA** comprove o regular adimplemento de suas obrigações com a subcontratada, sob pena de retenção de pagamentos.

7.8 A subcontratação realizada em desacordo com o estabelecido nesta cláusula e na legislação vigente será considerada inadimplemento contratual, sujeitando a **CONTRATADA** às sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. Inciso III do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

I – Fornecer o objeto com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II – Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados e sua entrega, bem como cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do contrato, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III – Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IV – Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrente de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

V – Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VI – Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de execução será após emissão da nota de empenho.

5.2 Caso não seja possível a efetivação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3 A contratação é estimada pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com a necessidade e a solicitação das secretarias, à luz da legislação em vigor.

5.4 A contratada deverá fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta.

5.5. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

5.6 Manter durante a execução do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

5.7 Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de Equipamentos De Proteção Individual (EPI).

5.8 Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

5.9 Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

5.10 Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do [art. 117, da Lei 14.133, de 2021](#), será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega de bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularidade de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 A fiscalização mencionada neste item não exclui nem atenua a responsabilidade integral da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas técnicas ou vícios redibitórios eventualmente identificados, ainda que não apontados pela Administração durante a execução contratual. O exercício da fiscalização, por parte da Administração ou de seus agentes e prepostos, não implica em corresponsabilidade por tais ocorrências, nos termos do [art. 117 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.1.2 O representante da Administração anotarà em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando à autoridade competente para as providências.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

10.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. [Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI.](#)

10.2.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados. Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º c/c [Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II.](#)

10.2.2 Identificar qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, III.](#)

10.3.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, IV.](#)

10.3.4 no caso de ocorrência que possa impossibilitar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, V.](#)

10.3.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, VII.](#)

10.4 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termo aditivo, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes caso necessário. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 23, I e II.](#)

10.4.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema,





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 23, IV.](#)

10.5 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 22, VII.](#)

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrência, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatórios com vistas à verificação da necessidade de adequação do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. [Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV:](#)

11.5.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. [Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III.](#)





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

11.5.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 21, II.](#)

11.5.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório de avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 21, VIII.](#)

11.5.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo setor de competência para tal, conforme o caso.

11.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. [Decreto nº 11.246/2022, Art. 21, VI.](#)

11. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da fiscalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

12.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

12.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratante.

12.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.5.1 Independentemente do percentual de tributos inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovante, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.1.1 O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO POR ITEM, em atenção ao art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujas especificações técnicas podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, possibilitando ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Exigências de habilitação

13.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.2.1 Habilitação jurídica





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

- a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- d) Documento de identificação oficial dos sócios, diretor, proprietário ou representante legal da empresa;
- e) Em caso de representação por procurador, deverá ser apresentada a documentação prevista na alínea “d”, acompanhada de procuração pública ou particular (neste último caso com firma reconhecida).
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

13.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo contribuições sociais (INSS);
- b) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

13.2.3 Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos da Lei nº 11.101/2005, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste prazo de validade;
- b) Para fins de habilitação, a verificação de certidões em sites oficiais dos órgãos emissores constitui meio legal de prova.

13.2.4 Qualificação técnica

- a) Comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Declaração de que o fornecedor possui condições de prestar garantia e suporte técnico conforme exigido no Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 19.256,57 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme valores unitários apostos no quadro de detalhamento dos itens em anexo e cotação de preços que seguirá em anexo ao processo.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de cada Secretaria solicitante.

15.2 Devido se tratar de Termo de Referência para Registro de Preço.

15.3 A contratação será atendida pela seguinte dotação ou em outros recursos provenientes de Créditos Adicionais das Secretarias, conforme necessidade que seguir:

Os recursos necessários para custear estas despesas terão que ser alocados no Orçamento 02.001 - Gabinete do Prefeito - GP, Projeto Atividade: 1003 - AQUISIÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS

ESTADO DE RONDÔNIA

DE BENS MÓVEIS - GABINETE DO PREFEITO, Elemento da Despesa:
4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, Desp.: 01.

Parecis/RO, 22 de maio de 2026.

Solicitado:

George Matheus da Silva Pereira
Assessor De Comunicação e Imprensa Institucional

Autorizado:

Marcondes de Carvalho
Prefeito Municipal de Parecis





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID.	V.UNIT.	V.TOTAL
1.	Smartphone de última geração, novo, sem uso, com as seguintes características mínimas: Tela OLED ou superior, com tamanho mínimo de 6,7 polegadas; Resolução mínima de 2778 x 1284 pixels ou superior; Taxa de atualização adaptativa mínima de 120 Hz; Armazenamento interno mínimo de 512 GB ; Memória RAM compatível com desempenho de alto nível (mínimo 8 GB ou equivalente otimizado); Processador de última geração, com arquitetura avançada e alto desempenho em multitarefas e aplicações pesadas; Sistema de câmeras traseiras tripla ou superior: Sensor principal com mínimo de 48 MP. Lente ultra-angular. Lente teleobjetiva com zoom óptico mínimo de 3x; Câmera frontal com mínimo de 12 MP; Capacidade de gravação de vídeo em resolução mínima 4K; Conectividade: 5G, Wi-Fi 6 ou superior, Bluetooth 5.3 ou superior; Sistema de navegação (GPS, GLONASS ou equivalente); Resistência à água e poeira com certificação mínima IP68; Bateria mínima de 4.500 mAh; Carregamento rápido com suporte a carregamento sem fio; Sistema operacional atualizado, com suporte a atualizações de segurança; Biometria facial ou digital para desbloqueio; Peso máximo aproximado de 250g Acessórios inclusos: Cabo de	01	UND	10.966,13	10.966,13





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
ESTADO DE RONDÔNIA

	carregamento compatível; Manual do usuário em português; Garantia mínima de 12 meses.				
2.	Notebook portátil profissional, novo, sem uso anterior, com processador de arquitetura 64 bits, mínimo de 08 núcleos físicos e 16 threads, desempenho equivalente ou superior a Intel Core i7 de 12ª geração ou AMD Ryzen 7 série 5000, memória RAM mínima de 32 GB DDR4 ou DDR5, armazenamento SSD mínimo de 1 TB, placa gráfica dedicada com memória própria mínima de 6 GB GDDR6, tela mínima de 15,6 polegadas, resolução Full HD 1920 x 1080, tecnologia IPS ou equivalente, antirreflexo, boa reprodução de cores, conectividade Wi-Fi, Bluetooth, portas USB, saída HDMI ou equivalente, webcam integrada, microfone, alto-falantes, teclado padrão ABNT2, bateria recarregável, fonte de alimentação bivolt, sistema operacional licenciado compatível com o equipamento, garantia mínima de 12 meses. Acessórios inclusos: <ul style="list-style-type: none">• Fonte de alimentação original• Manual do usuário em português• Garantia mínima de 12 meses.	01	UND	8.290,44	8.290,44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **VERA FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF: 478.92*. **2- *9** em **26/05/2026 07:39:53**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07R8.6A39.0534.K40W.4725, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARCONDES DE CARVALHO - PREFEITO, CPF: 420.25*. **2- *9** em **22/05/2026 15:20:30**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1522.3920.730W.V824.4114, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **GEORGE MATHEUS DA SILVA PEREIRA, CPF: 045.49*. **2- *3** em **22/05/2026 12:24:10**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 12R8.2924.510U.K787.5548, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **F32.4B4** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **GEORGE MATHEUS DA SILVA PEREIRA, CPF: 045.49*. **2- *3**, em **22/05/2026 - 12:24:10**

Código de Autenticidade deste Documento: 12X0.5224.6102.4231.3213

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.parecis.ro.gov.br/verdocumento>

